

FEDERAL JUDICIAL CENTER



Ensino e Pesquisa para Tribunais Federais dos EUA

O Federal Judicial Center (FJC) é o centro de ensino e pesquisa do judiciário federal dos EUA. O FJC é um órgão governamental independente, criado no âmbito do poder judiciário federal e mantido por recursos oriundos diretamente do Congresso Nacional.

Histórico

O Congresso criou o Federal Judicial Center em 1967, durante um período da história judicial americana marcado por um crescente interesse pelo uso de pesquisas quantitativas e programas de reciclagem para aprimorar a administração judicial e a gestão da pesada carga de casos em tramitação. Alguns representantes do judiciário federal, inclusive o então Ministro-Presidente Earl Warren, reconheceram a importância da pesquisa, do planejamento e de programas de formação para aumentar a eficácia das varas e juízos do país a longo prazo e propuseram que o Congresso criasse uma organização no âmbito do poder judiciário que se

encarregasse dessas tarefas. O *Administrative Office of the U.S. Courts* já tinha sido estabelecido em 1939 para supervisionar a administração do orçamento do poder judiciário, coleta de dados estatísticos, inovações em políticas e diretrizes e relações legislativas. Ao invés de outorgar a responsabilidade educacional a essa Divisão Administrativa, o Congresso criou o FJC como órgão judicial distinto. Essa decisão separou as funções de pesquisa e formação da função de criar políticas. O financiamento dessas funções, portanto, ficou protegido das demandas das atividades diárias típicas das varas e tribunais.

Missão

O FJC promove programas de formação e treinamento para juízes e funcionários de tribunais federais. Além disso, coordena programas educacionais para defensores públicos federais que representam réus criminais indigentes em varas federais (o Ministério da Justiça dos EUA se encarrega de treinar os promotores federais). A divisão de pesquisas do FJC conduz estudos empíricos e pesquisas exploratórias sobre diferentes aspectos da administração judiciária inclusive gestão de casos, resolução alternativa de disputas e propostas de emendas às regras federais de procedimentos processuais. Essas atividades de pesquisa muitas vezes servem de fonte de informações para o

desenvolvimento do calendário de programas educacionais do FJC.

Em 1992, o Congresso aprovou uma emenda na lei que rege o FJC, autorizando o mesmo a servir de recurso para judiciários estrangeiros. A Divisão de Relações Judiciais Internacionais fornece informações a órgãos do governo federal e outras organizações que trabalham no campo do desenvolvimento judicial internacional e dissemina informações ao judiciário federal sobre práticas e procedimentos em outros países que podem servir para melhorar a administração judicial nos Estados Unidos.

O FJC não treina nem presta serviços a juízes e funcionários de tribunais estaduais.

Estrutura

O FJC opera sob a direção geral de um Conselho, que é chefiado pelo Ministro-

Presidente da Suprema Corte dos Estados Unidos, com sete juízes federais eleitos

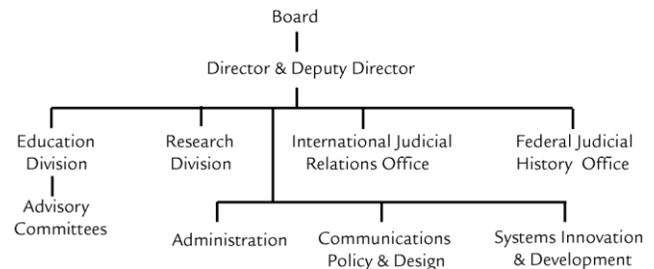
pela Conferência Judicial dos Estados Unidos para mandatos de quatro anos. O Diretor da *Administrative Office of the U.S. Courts* é membro *ex officio* do Conselho do FJC. Esse Conselho estabelece políticas e presta consultoria em programas e projetos de pesquisa; não se envolve, porém, nas operações diárias do FJC.

O Conselho indica o Diretor e o Diretor Adjunto do FJC. Por tradição, o diretor é sempre um juiz federal dos EUA que renuncia a seus deveres judiciais para poder servir. Não existe um mandato legislado para os diretores, mas a maioria geralmente serve cerca de quatro anos.

O FJC tem uma equipe de cerca de 125 funcionários composta de advogados, especialistas em programas educacionais,

pesquisadores com diplomas avançados em direito e ciências sociais e profissionais com experiência em mídia, publicações e tecnologia da informação. A Divisão de Ensino trabalha em consulta constante com os comitês consultivos, formados de juizes e funcionários de tribunais.

FJC Organizational Chart



Financiamento

O orçamento anual do FJC é usado para cobrir os custos dos programas (inclusive passagens, hotel e refeições para os participantes), tecnologias de ensino à distância, salários de pessoal e outras necessidades operacionais. Esses recursos são alocados ("apropriados") diretamente ao FJC pelo Congresso Nacional. O

Congresso criou uma fundação separada, chamada *Federal Judicial Center Foundation*, que toma decisões sobre aceitação ou não de presentes oferecidos por particulares para apoio ao trabalho do FJC. Os recursos da Fundação são importantes, mas representam apenas uma pequena fração dos gastos gerais do FJC.

Programas de Formação Judicial

Os juizes federais decidem todos os tipos de casos civis e criminais sobre assuntos que podem ir de direitos civis a propriedade intelectual e de delitos com narcóticos até crimes de responsabilidade de empresas. O FJC desenvolve programas e materiais educacionais criados para auxiliar os juizes a gerir esse número crescente de casos e ainda se manter atualizados sobre o que ocorre de relevante na lei, ciência e tecnologia.

A Divisão Educativa organiza seminários de orientação para juizes recém-nomeados, assim como programas de educação judicial continuada. A ênfase dos programas e materiais impressos é desenvolver habilidades práticas. Em vez de trabalhar com base num currículo de direito padrão do tipo escolar, o FJC faz revisões regulares dos cursos que oferece, baseado no que exista de mais recente no direito e na prática de tribunal.

Os advogados de formação judicial planejam e coordenam seminários, muitas

vezes em consulta com comitês consultivos de juizes federais, administradores de tribunal e, em alguns casos, profissionais do direito. As apresentações são feitas por juizes federais especialistas em determinada área, assim como por acadêmicos e profissionais, e ocasionalmente por funcionários do FJC. O FJC se esforça para oferecer programas bem equilibrados e apresentar todos os pontos de vista legítimos e relevantes ao assunto tratado nas sessões dos workshops. O corpo docente oferece seus serviços em caráter voluntário e sua única compensação são o reembolso de despesas e, no caso de instrutores que não são juizes, um pequeno honorário.

Não existem exigências ou padrões educacionais para juizes federais, mas a maioria dos juizes se beneficia dos programas que o FJC oferece. Os custos de participação (passagens, hotel e refeições) ficam por conta do FJC.

Programas de orientação

Os juizes federais não têm que passar por nenhum exame especial para obter suas nomeações e a orientação pós-nomeação é um programa relativamente curto. Antes de serem nomeados para o judiciário, esses juizes já acumularam uma experiência profissional significativa como advogados (prática particular ou governamental) e, em alguns casos, como membros de judiciários estaduais ou varas federais inferiores. O FJC envia a todo juiz recém-nomeado uma seleção de publicações e videotapes educacionais e convida-os a participar de duas sessões de orientação com uma semana de duração cada uma. Os programas de orientação enfocam as habilidades singulares da atividade de juiz; prática de julgamentos civis e criminais, gestão de casos, ética judicial, elaboração de pareceres e, no caso de juizes federais, o processo de promulgação de sentenças criminais. O direito substantivo coberto pelo processo de orientação se limita a áreas complexas do direito legislado e constitucional que geralmente vêm à tona durante litígios federais (inclusive discriminação no emprego e habeas corpus). Os juizes novos usam suas próprias pesquisas independentes para se inteirar de áreas do direito com as quais ainda não tenham familiaridade.

A primeira fase do ciclo de orientação ocorre alguns meses após a nomeação do juiz e geralmente inclui de oito a doze novos juizes participantes. O programa usa um modelo de mentoria: dois juizes experientes coordenam uma série de sessões de discussão durante a semana. Os participantes assistem a vídeos de orientação preparados pelo FJC sobre diferentes tópicos como gestão de casos civis, administração de julgamentos pelo júri e regras de apresentação de provas materiais. Essas apresentações em vídeo fornecem a todos os juizes uma introdução comum a cada assunto e são um ponto de partida para discussões em grupo lideradas pelos juizes mentores. As sessões de discussão são informais e não estruturadas, permitindo que os participantes façam perguntas que reflitam seus interesses e necessidades. O programa de orientação para juizes federais inclui também uma visita a uma prisão federal, dando assim uma oportunidade aos novos juizes para ver de perto as condições a

serem enfrentadas pelos réus por eles sentenciados.

A segunda fase da orientação ocorre no Centro Educacional do FJC, no prédio *Thurgood Marshall Federal Judiciary*, em Washington D.C., e combina dois ou três grupos oriundos dos programas de orientação anteriores. Durante um período de uma semana, os grupos participam de sessões sobre uma grande variedade de assuntos, inclusive litígio sobre direitos civis, discriminação no emprego, gestão de casos, relações com a mídia e ética. Os programas de orientação para juizes de apelação têm estrutura similar mas conteúdo diferente.

Educação judicial continuada

Os programas de educação judicial continuada do FJC são muito variados e incluem workshops especializados em campos como propriedade intelectual, direito empregatício, direito ambiental e lei e tecnologia, assim como um programa sobre mediação baseado em desenvolvimento de habilidades. Esse seminários de dois e três dias são oferecidos para juizes federais e de tribunais de recursos, juizes de falências e juizes de pequenas causas em vários locais dos Estados Unidos, geralmente em cooperação com outras instituições como universidades de direito. Além disso, todo ano há uma série de workshops nacionais ou regionais que cobrem um grande leque de tópicos legais e habilidades judiciais. Esses workshops podem incluir análise de decisões recentes da Suprema Corte dos EUA, novidades jurídicas ou atualizações em ética, uso de métodos de automação e outras sessões menos tradicionais como história do direito ou direito e literatura.

O FJC também organiza programas para juizes-presidentes de tribunais (responsáveis pela administração de seus distritos ou circunscrições) sobre liderança e habilidades de gestão, além de workshops especiais sobre trabalho em equipe para juizes-presidentes e administradores de tribunais.

Educação à distância

Além dos workshops e conferências educacionais presenciais, o FJC proporciona informações para juizes através de publicações sobre educação à distância, transmissões por televisão, vídeos e materiais de base Web.

O FJC produz uma grande variedade de publicações inclusive guias práticos, monografias resumidas sobre direito substantivo, panfletos sobre elaboração de pareceres e manuais de referência. Em alguns casos, o processo de planejamento e elaboração inclui grupos consultivos de juizes, que fornecem comentários. As publicações incluem o Manual *Benchmark para Juizes Federais*, guia prático para as fases de saneamento e julgamento de litígios como a leitura do libelo criminal, seleção do júri e prática de moções. O Manual *Guia para Gestão Judicial de Casos em Resolução Alternativa de Disputas* trata do encaminhamento de casos para resolução alternativa, os diferentes métodos de ADR (resolução alternativa de disputas) e questões que podem surgir durante o processo de ADR, que ocorre anexo à sala de audiências. O *Manual de Referência de Provas Científicas* ajuda os juizes a entender tópicos científicos e tecnológicos que surgem em depoimentos de especialistas durante litígios em varas federais como por exemplo estatísticas, depoimentos médicos e provas de exames de DNA.

O FJC também produz videos educacionais para juizes, inclusive programas transmitidos pela Rede *Federal Judicial Television Network* (FJTN). O FJC começou a desenvolver videos educacionais na década de 80 para complementar seu programa de orientação e fornecer informações sobre áreas do direito e da prática judicial ainda em desenvolvimento. Em 1998 o FJC lançou a rede FJTN, em cooperação com a Divisão Administrativa. O canal FJTN transmite programas informativos e educacionais por satélite para tribunais federais no país inteiro.

O FJC usa esta rede para transmitir produções gravadas, assim como programas ao vivo nos quais juizes e funcionários judiciais em fóruns espalhados pelo país conversam diretamente com os professores em um estúdio de transmissão. Os advogados dos programas de formação judicial do FJC já produziram programas pelo canal FJTN sobre diversos tópicos inclusive um estudo anual de casos importantes da Suprema Corte dos EUA, uma análise da nova legislação sobre terrorismo votada em consequência do 11 de setembro, e uma série sobre aplicações científicas em salas de audiência. O FJC disponibiliza o

FJTN Bulletin em seu site na Internet em base bimensal, listando os horários de transmissão e sumários dos programas da rede.

O FJC também fornece diversas informações a juizes através de um site na Intranet das varas federais, que é um recurso de base Web restrito a juizes federais e funcionários de tribunais. O site Intranet do FJC fornece acesso às publicações do FJC, informações sobre seminários e programas na rede FJTN, materiais para programas e páginas especiais com recursos para orientação e modelos de documentos sobre assuntos como litígios capitais e exibição eletrônica de documentos probatórios. Muitas publicações e recursos do FJC também estão disponíveis ao público no site do FJC: www.fjc.gov

Avaliação dos programas educacionais do FJC

Ao fechar cada programa (ao vivo e transmitido), o FJC pede aos participantes para preencher formulários de avaliação criados para medir a eficácia do programa, materiais impressos e palestrantes. Os participantes respondem se acham provável que o programa de fato os ajude no desempenho de seus deveres e fornecem feedback sobre o escopo e conteúdo do programa. O FJC usa essas informações para organizar novos programas.

O FJC não administra exames para juizes nem faz tentativa alguma de monitorar o desempenho dos mesmos como meio de avaliação da eficácia de seus programas.

Participação de juizes de outros países

Às vezes o FJC permite a presença de juizes de outros países como observadores em seus programas educacionais, quando consideram apropriado e há espaço disponível. Os juizes estrangeiros não precisam pagar por esta observação mas têm que financiar sua viagem e tomar suas próprias providências quanto a hospedagem e refeições. Os programas do FJC não analisam elementos básicos ou campos específicos do direito, mas tratam de tendências emergentes e questões que possam apresentar problemas para juizes nos EUA. Por esse motivo, muitas vezes são de utilidade limitada para observadores estrangeiros, exceto como exemplos de

técnicas educacionais e design de programas.

Programas de Treinamento para Funcionários de Varas Federais

O FJC desenvolve programas e materiais para vários tipos de funcionários de tribunais como por exemplo administradores, oficiais de liberdade provisória e oficiais de serviços de saneamento de processo. Os programas para funcionários versam sobre técnicas de gestão e habilidades operacionais específicas como gestão de fluxo de casos, treinamento em liderança e gestão de mudança. A maioria desses programas para funcionários de tribunais são ministrados através de ensino à distância, o que não acontece com os programas para juízes.

Os especialistas em educação do FJC, muitos dos quais têm diplomas avançados em pedagogia ou direito, criam esses programas em contato constante com os comitês consultivos. Os programas são projetados com ajuda de um modelo de desenvolvimento de currículo que inclui a condução de levantamento de necessidades, colaboração com especialistas nas diferentes matérias e experimentos piloto com programas novos. Muitos programas de treinamento para funcionários são conduzidos em coordenação com o Departamento Administrativo do FJC.

Vários tribunais federais já desenvolveram amplos programas locais que são freqüentemente coordenados por um "especialista em treinamento judicial interno ou *in-court*" (geralmente um indivíduo do quadro de pessoal judiciário que é responsável pelo treinamento, além de outras responsabilidades). O FJC presta suporte ao trabalho de treinamento *in-court* de várias maneiras, inclusive promovendo workshops do tipo "treinar-o-treinador" e elaborando currículos e materiais de treinamento com guias para instrutores e participantes, assim como recursos audiovisuais.

Pesquisa

O FJC realiza pesquisas empíricas e exploratórias sobre diferentes aspectos da prática judiciária, administração de tribunais e leitura de sentenças em processos penais. A Divisão de Pesquisa, formada por profissionais com treinamento

O FJC oferece uma grande variedade de recursos de ensino à distância para funcionários de tribunais, inclusive programas pela rede FJTN, conferências online e sessões dirigidas por tutores online. A FJTN é uma ferramenta valiosa para provisão de informações sobre estratégias para exercer as responsabilidades do trabalho e aprender mais sobre novidades em práticas de tribunais. Por exemplo, a série *Public Information and Outreach* (Informações para o Público e Trabalho de Extensão) da FJTN, produzida juntamente com o Departamento Administrativo, descreve os papéis que os funcionários desempenham na educação do público sobre o trabalho exercido dentro dos tribunais. Uma outra série da FJTN, chamada *Court to Court*, examina vários tribunais e juizados espalhados pelo país, analisando as melhores práticas em várias tarefas administrativas. Outros programas já trataram de novidades tecnológicas usadas em salas de audiências, ética profissional e estratégias para supervisão de funcionários. O FJC muitas vezes usa uma abordagem multimídia para treinar funcionários através de transmissões pela FJTN acompanhadas de materiais impressos, seguidas de uma conferência online por telefone ou vídeo, permitindo que os funcionários explorem os tópicos em maior profundidade, com auxílio de um instrutor. O *Professional Education Institute* (PEI) do FJC oferece um extenso currículo e outros recursos que ajudam os funcionários de tribunais a desenvolver habilidades de liderança e gestão. O PEI inclui programas presenciais e sessões tutoriais online, além de referências para líderes e líderes em potencial, em todos os níveis. Muitos tribunais já incorporaram o PEI em seus planejamentos de formação de quadro de pessoal.

interdisciplinar no direito e ciências sociais, se encarregam da maior parte dos projetos, a pedido dos comitês da Conferência Judicial dos Estados Unidos.

Os estudos do FJC geram informações objetivas para auxiliar a Conferência

Judicial a desenvolver recomendações para as diversas magistraturas, avaliar o impacto de inovações em gestão de casos e pesquisar a necessidade de propostas de emendas às regras de procedimentos processuais. Além disso, os estudos do FJC ajudam juízes a identificar práticas eficazes e eficientes em termos de administração de tribunais e condução de casos. O FJC não defende nenhum curso de ação específico ou iniciativa de reforma. Seus projetos de pesquisa, para dar alguns

exemplos, já examinaram o uso de tecnologia em salas de audiência para apresentação de provas e seus possíveis efeitos no processo de levantamento dos fatos, avaliação de tecnologias de gravação digital em áudio para geração de transcrições de autos de processos, revisão de práticas alternativas e resolução de disputas e estudo de mudanças nas regras que regem os litígios de ações judiciais coletivas.

Estudo da História das Varas Federais

Faz parte do mandato do FJC conduzir pesquisas sobre a história do poder judiciário. Para isso existe a Divisão de História Judiciária Federal. Esta divisão mantém um acervo de referência on-line sobre história judiciária que inclui um diretório biográfico de todos os juízes federais com cargos vitalícios, históricos legislativos de todos os tribunais

federais, diversos documentos e anotações históricas e guias de referência para história judiciária. Além disso, a divisão ainda desenvolve materiais educativos para promover o estudo da história do judiciário federal e presta suporte a programas históricos em tribunais federais específicos.

Programas Internacionais

A Divisão de Relações Judiciais Internacionais do FJC coordena sessões de *briefing* informativas para delegações estrangeiras visitantes e fornece material sobre o sistema judicial dos EUA e o trabalho desenvolvido pelo FJC. A convite de judiciários estrangeiros ou organizações de desenvolvimento, o FJC já desenvolveu seminários sobre vários tópicos como educação para o poder judiciário, administração de tribunais, gestão de casos, resolução alternativa de disputas e ética judicial. O quadro de pessoal do FJC já visitou tribunais e centros de treinamento judicial

estrangeiros para fornecer assistência técnica. O Programa de Fellows Judiciais Estrangeiros Visitantes proporciona oportunidades a juízes, oficiais de tribunais e acadêmicos ilustres vindos de países estrangeiros para conduzir pesquisas no FJC e estudar um tópico específico relacionado com administração judicial, muitas vezes com a assistência dos funcionários do FJC.

As viagens e outros custos diretos dos programas de formação judicial para estrangeiros, inclusive o Programa de Fellows Visitantes, são financiados por fontes externas.

Para Aprender Mais sobre o Federal Judicial Center

Para informações detalhadas sobre o FJC, visite o site: www.fjc.gov. Este site contém os resultados de projetos selecionados de pesquisa sobre operações, procedimentos e história dos juízes federais. Além disso, o site permite baixar várias publicações do FJC eletronicamente.

Para combinar uma visita ao Federal Judicial Center ou solicitar informações sobre material sobre o Federal Judicial Center, favor contactar:

Mira Gur-Arie
Director, International Judicial Relations
Federal Judicial Center
One Columbus Circle NE
Washington, DC 20002-8003
tel.: 202-502-4191
fax: 202-502-4099
e-mail: mgurarie@fjc.gov